



Equitativa, inclusiva e livre:

Uma atualização das políticas e sessão de informação sobre a educação de qualidade para além de 2015

Uma visão coletiva

Impulsionados por uma visão comum do direito à educação e por uma crença partilhada no poder da educação, de forma consistente os ativistas têm promovido a implementação da totalidade da agenda da Educação para Todos (EPT) ao longo dos últimos 15 anos. Essa visão ainda não foi atingida e, nos últimos dois anos de negociações pós-2015, a Campanha Global pela Educação tem defendido um objetivo de educação abrangente, amplo e baseado em direitos dentro da agenda de desenvolvimento pós-2015 e a continuação de um quadro de Educação para Todos alinhado, revitalizado, totalmente integrado com este objetivo.

Oportunidades de influência

Ao longo de 2015, os ativistas de educação têm a sua derradeira oportunidade de influenciar o conteúdo da agenda para a educação pós-2015, em particular, influenciando as posições governamentais nacionais. As declarações-chave a influenciar são:

- **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 (ODS):** estes compreendem uma ampla agenda de desenvolvimento e um projecto de um conjunto de objetivos tem sido objecto de discussão há algum tempo; O Objetivo 4 é explicitamente sobre educação, apelando aos governos para que "garantam a educação de qualidade, inclusiva e equitativa, e promovam oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". O ODS final vai ser adoptado numa cimeira especial da ONU em Nova Iorque, em Setembro de 2015.
- **O Quadro de Ação pós-2015 em matéria de educação:** este será totalmente alinhado com o objetivo e metas de educação do ODS (Objetivo 4), mas vai entrar em mais detalhes sobre a arquitetura do sector da educação para a governança e monitorização do objetivo e metas, e sobre as estratégias para garantir a implementação. A UNESCO está a liderar este processo e o enquadramento tem sido elaborado pelo Comité de Direção da EPT; o quadro inicial será estabelecido na declaração do Forum Mundial de Educação, na Coreia do Sul, em

Maio de 2015, e a versão final será adoptada pela Conferência Geral da UNESCO, em Novembro de 2015, uma vez que os ODS tenham sido adoptados.

Os indicadores que serão rastreadas para medir o alcance do objetivo e metas pós-2015 não devem estar terminados até 2016.

A educação deve estar no cerne de uma estrutura de desenvolvimento global credível.

A educação é um direito humano fundamental e um bem público, e a chave para acabar com a pobreza e construir um futuro equitativo e sustentável. Na pesquisa mundial 'My World' das Nações Unidas sobre as prioridades para os cidadãos pós-2015, foi a que obteve a mais alta classificação em todos os grupo demográficos e em todas as partes do mundo. Segundo o julgamento da opinião pública, a educação é a questão mais importante para a agenda pós-2015. A agenda pós-2015 não pode gorar estas expectativas.

A educação de qualidade, baseada em direitos fortalece os indivíduos, fortalece as comunidades e é essencial para a realização dos outros objectivos de desenvolvimento. É transformadora e oferece às pessoas o conhecimento crítico, capacidades e competências que são necessárias para questionar, conceptualizar e resolver problemas que ocorrem tanto local como globalmente, e contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável e democrático da sociedade.

Os objetivos de educação pós-2015 devem afirmar as obrigações e os acordos já alcançados pela comunidade educativa em relação aos direitos humanos .

Os Estados endossaram a obrigação de direitos humanos existente para uma educação de qualidade, equitativa e livre, através da ratificação de diversos tratados e convenções. A agenda pós-2015 não deve regredir a partir deste ponto. Além disso, Os novos objetivos, metas e Quadro da educação devem ser fundamentados nos acordos negociados dos representantes dos intervenientes na educação de todo o mundo, incluindo Ministros e ministérios da educação, sociedade civil, sindicatos de professores e o sector privado. Estes acordos estão vertidos no [Acordo de Mascate](#) - aprovado pela Assembleia Global da EPT e pelo Comité Diretivo da EPT - e nos documentos finais das consultas regionais EPT realizadas pela UNESCO. [\[1\]](#)

A educação de qualidade requer aportes e processos de qualidade.

Cada estudante deve ser ensinado por um professor qualificado e bem apoiado, e aprender num ambiente educacional seguro e inclusivo com infraestruturas, instalações e recursos adequados, independentemente do local onde vivem, incluindo em situações de conflitos e em situações de emergência humanitária. Processos e práticas de qualidade são necessários para garantir que as crianças saem da escola com os conhecimentos, capacidades e valores necessários para serem membros ativos da sociedade e para contribuírem para a resolução dos Desafios locais, nacionais e globais do século XXI.

Uma educação transformadora é uma educação equitativa.

Os objetivos da educação pós-2015 dentro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável devem incluir medidas concretas para superar todas as formas de discriminação, incluindo

aquelas com base em deficiência, género, raça, etnia, religião, língua, orientação sexual e / ou status socioeconómico.

Os governos devem assumir responsabilidades.

A educação é um direito humano fundamental reconhecido, e os governos são portadores de deveres. Em particular, os governos têm a responsabilidade de fornecer financiamento suficiente para uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e aprendizagem ao longo da vida para todos, incluindo através de uma tributação justa e progressiva.

QUESTÕES ESPECÍFICAS QUE REQUEREM ATENÇÃO NESTA FASE DAS NEGOCIAÇÕES

1. Fixar quadros para a educação pós-2015 ambiciosos e baseados em direitos

Ambos os elementos-chave do quadro para a educação pós-2015 - o Quadro de Ação e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - devem ser fortes, com base em direitos e ambiciosos nas suas aspirações, bem como claros e concretos nos seus compromissos.

O Fórum Mundial de Educação, que vai ser realizado em Incheon, na Coreia do Sul, em maio, vai originar o desenvolvimento de um Quadro de Ação (que vai ser finalizado em novembro, após a adopção dos ODS). Também será feita uma declaração no final do Fórum. Os dois documentos devem ser ambiciosos, não regredir em relação aos compromissos existentes sobre os direitos humanos e comprometer-se a um forte papel do Estado. O documento deve ter aspirações e reunir vontade política para a sua implementação.

Tal como em 2000, quando foram adoptados os ODM, os governos pretendem adotar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável através de uma declaração numa Cimeira especial das Nações Unidas em setembro. A declaração irá delinear a fundamentação, compromissos e prioridades da nova Agenda de Desenvolvimento Sustentável. É essencial que a declaração inclua um compromisso em relação ao direito à educação para todos, bem como o reconhecimento da educação como um pré-requisito e catalisador do desenvolvimento sustentável.

2. Garantir metas de educação ambiciosas

Duas das metas do projecto do Objetivo 4 dos ODS estão expressas em percentagem: a percentagem de jovens e adultos que têm capacidades relevantes para obter um emprego, trabalho decente e empreendedorismo (4,3); e a percentagem de jovens e adultos a alcançar a literacia e numeracia (4,7) - sem dizer que percentagens deveriam ser. São simplesmente expressas como "x por cento". A CGE sente que estas metas de "x" por cento devem ser substituídas por metas absolutas, ou seja, a meta de atingir TODOS os jovens e adultos. Isto está de acordo com uma proposta feita pelo Comité de Direção da EPT.

Embora existam elementos do projecto de objetivo que devem ser reforçados (ver também o resumo do Relatório de Monitorização Global da EPT), o articulado é o resultado de um longo processo de deliberações e negociações intergovernamentais, para o qual a sociedade civil pode contribuir. Tendo isto em conta, a possibilidade mais realista de progredir e evitar a perda de todo o quadro é centramo-nos na melhoria destas metas de "x" por cento em vez de pedir uma mudança mais geral.

3. Garantir indicadores fortes, relevantes e abrangentes

À medida que os Governos avançam para o acordo em relação aos objetivos e metas, a seleção de indicadores torna-se importante. Os indicadores irão conduzir à implementação, e selecionar indicadores redutores poderia diminuir a ampla visão do objetivo. A escolha de indicadores para os ODS é, assim, uma importante decisão política, com consequências a longo prazo e, como tal, não deve ser deixada apenas para os estatísticos.

É essencial que o processo de desenvolvimento de indicadores permita espaço para a participação da sociedade civil em todos os níveis (global, temático, regional e nacional); os indicadores globais e temáticos deverão ser definidos em conjunto.

O atual processo de desenvolvimento de indicadores prevê quatro níveis de indicadores:

- *Global*: Serão usados até 120 indicadores para monitorizar todo o Quadro ODS com 17 objetivos (que atualmente englobam 169 metas). Isto implica, portanto, um número muito limitado de indicadores para o objetivo da educação e as suas sete metas.
- *Temático*: Estes indicadores serão propostos pela comunidade educativa para um rastreamento mais abrangente das metas de educação entre os países.
- *Regionais* indicadores adicionais podem ser desenvolvidos para monitorizar metas regionais específicas.
- *Nacional*: Os países são encorajados a propor indicadores adicionais que correspondam ao seu sistema nacional de educação, planos e agenda política.

Estamos a pedir que os indicadores para o objetivo e metas da educação pós-2015:

- Movimentem a ação nacional, e não consigam apenas uma análise comparativa internacional: É essencial dar prioridade aos indicadores que são compreensíveis pelos Ministros das Finanças e que têm o potencial de originar a toma de decisões para financiar a implementação de políticas que contribuam para a realização dos objetivos dos ODS.
- Estar em consonância com as Obrigações dos Direitos Humanos e, assim, incluir indicadores de estrutura, processo e resultados. Um Quadro de indicadores baseado nos direitos avalia o usufruto dos direitos pelos seus titulares assim como a medida em que os estados cumprem com as suas obrigações, como responsáveis desses deveres; sistemas e processos de governança fortes são essenciais para garantir que os resultados sejam alcançados.
- Incluir uma definição de educação de qualidade baseada nos direitos: Isto significa que a educação deve ser não só «disponível» e «acessível» para todos, mas também "aceitável" e "adaptável". A partir de uma perspectiva de direitos humanos, a questão dos resultados de aprendizagem na educação deve ir além da aquisição de competências de literacia e

numeracia. A educação de qualidade DESENVOLVE a personalidade, talentos e competências dos alunos de forma a que vivam uma vida plena e satisfatória nas suas sociedades.

- Tratar de questões de desigualdade educacional e incluir a equidade em todas as formas (especialmente aquelas que já fazem parte das metas de educação dos ODS).

Um primeiro projecto de lista de indicadores globais para os ODS foi preparado pelas Nações Unidas e pode ser consultado [aqui](#) . O trabalho é conduzido pela Comissão de Estatística das Nações Unidas, que reúne os Chefe de Estatísticas dos Estados membros. Eles não são especialistas em educação e podem ter uma preferência por dados facilmente recolhidos. Na maior parte dos países as estatísticas de educação são, na sua maioria, recolhidas pelo Ministério, em vez de pelo Gabinete Nacional de Estatísticas, o que significa que a sociedade civil tem um papel fundamental a desempenhar na ampliação do âmbito dos Indicadores educacionais propostos e pressionar para que os indicadores sejam baseada em direitos e transformadores. Incentivamos a participação dos nossos membros no processo de refinamento dos indicadores. Nesta fase, nós encorajamos os membros a marcar uma reunião com a sua Comissão Nacional de Estatística para partilhar as preocupações e sugestões, partilhar as sugestões da CGE e reiterar a necessidade de uma forte participação da sociedade civil no acompanhamento dos novos quadros.

O conjunto final de indicadores será terminado apenas em 2016. Enquanto isso, a UNESCO está a trabalhar numa lista de indicadores temáticos que iriam complementar estes indicadores ODS.

A CGE está a propor a redação de um conjunto de indicadores de educação globais e temáticos a partir da posição de consenso do movimento da CGE, apresentações adicionais feitas por membros da CGE e outros contributos técnicos. Isto está disponível como [apêndice](#).

4. Assegurar um acompanhamento eficaz de prestação de contas para a agenda pós-2015

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio sofreram com a falta de um mecanismo coerente e robusto para acompanhamento e prestação de contas. É essencial trabalhar para termos um mecanismo claro para monitorizar o progresso e responsabilizar os estados pelo cumprimento da nova agenda.

Um organismo estabelecido das Nações Unidas, o Forum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável (HLPF), foi mandatado para "levar a cabo revisões regulares, a partir de 2016, sobre o acompanhamento e a implementação dos compromissos e objectivos do desenvolvimento sustentável, incluindo os relacionados com os meios de implementação, no âmbito da agenda pós-2015. "

Os mecanismos de controlo e responsabilização pós-2015 devem refletir o seguinte:

- Governança democrática e reconhecimento da sociedade civil: Os governos são primariamente responsáveis em relação aos seus próprios cidadãos, através de organismos de supervisão como os Paramentos. A sociedade civil é um parceiro crítico a todos os níveis

(local, nacional, global, etc.) e deve ter espaço para participar em foruns de tomada de decisão. Direitos de liberdade de expressão, associação e reunião devem ser respeitados e deve ser feito um compromisso claro para reverter a criminalização da sociedade civil.

- Rastreamento significativo do progresso a todos os níveis: de acordo com a existência de indicadores separados para o acompanhamento dos progressos a nível nacional, regional, global e temáticos, deveriam existir mecanismos de monitorização do progresso a todos os níveis. A UNESCO deve garantir um mecanismo de acompanhamento forte e temático no sector da educação.
- Coerência com os mecanismos existentes: os mecanismos de responsabilização deveriam recorrer a mecanismos de revisão das obrigações de direitos humanos existentes, como a Revisão Periódica Universal. No sector educativo os mecanismos devem desenvolver-se e reforçar o Relatório de Monitorização Global da EPT, o Encontro Global de Educação (EGE), o Comité Diretor da EPT e a Consulta Coletiva às ONG (CCONG).
- Rigor e força: a monitorização não deve ser limitada a análises voluntárias, mas deve incluir revisões independentes e rigorosa dos esforços e realizações políticas dos Estados, e levar a medidas concretas para garantir soluções adequadas e medidas corretivas.
- Abrangência: os mecanismos devem abranger a análise da alocação de recursos e compromissos de cooperação internacional, e devem incluir meios de garantir a responsabilização do sector privado, no país onde opera e, se for caso disso, a comunidade em geral.
- Definições claras: uma compreensão e medição consistentes requerem um processo para desenvolver definições operacionais internacionalmente aceites dos conceitos-chave que fazem parte dos indicadores globais e temáticos.
- O desenvolvimento de capacidades: deve haver capacidades estatísticas e administrativas suficientes de departamentos de educação para garantir a compreensão dos quadros, uma recolha de dados forte, e a utilização eficaz dos dados para a tomada de decisão e planeamento.

5. Assegurar o financiamento para os ODS em geral e para a educação em particular,

O financiamento adequado é fundamental para a implementação tanto da agenda dos ODS em geral como dos objetivos e metas de educação em particular. O financiamento foi uma parte crucial das negociações na última reunião geral da EPT, em Mascate e em recentes consultas regionais sobre a EPT.

No contexto dos ODS, a maior parte das discussões foram sobre a recolha adicional de fundos para financiar o quadro como um todo, em vez de se centrar na despesa em sectores específicos (incluindo a educação). Haverá espaços para influenciar o financiamento da nova agenda na Conferência sobre Financiamento da Educação, em Oslo (7 de julho, Noruega, que irá proporcionar uma oportunidade para defender o compromisso revigorado para a APD) e a Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba (13 a 17 de julho, na Etiópia, vai analisar o financiamento para o desenvolvimento no seu todo). Esta última será precedida pelo [processo preparatório da Conferência Intergovernamental](#) .

Prioridades em relação ao financiamento são:

- Enfatizar fortemente o financiamento da educação na agenda pós-2015, incluindo financiamento interno e fortes compromissos sobre a APD. Isto implica reiterar compromissos permanentes para o financiamento da educação: pelo menos 20% dos orçamentos nacionais dedicados à educação, e um montante equivalente a pelo menos 6% do PIB e 10% da APD alocados à educação básica.
- Reiterar a necessidade da responsabilidade do Estado pela garantia de financiamento da nova agenda. Um papel mais importante para o sector privado na educação (especialmente com fins lucrativos) corre o risco de aumentar a privatização da educação
- Apoiar movimentos mais amplos em favor de um financiamento adequado para a programação ODS e garantir que as necessidades da comunidade educativa são reconhecidas no processo; isto inclui apoiar o movimento de justiça fiscal.
- Reforçar os mecanismos existentes de financiamento da educação - nomeadamente a Parceria Global para a Educação - e alinhado com o novo quadro mais amplo.
- Apoiar um maior enfoque na equidade e qualidade nas alocações - com as novas finanças alocadas para melhorar o ensino e o ambiente de aprendizagem e garantir que os investimentos educacionais feitos são equitativos.
- Apelar a uma maior transparência e responsabilidade orçamental, incluindo a participação da sociedade civil no processo de planeamento e orçamentação.

CONCLUSÃO

Grande parte da agenda pós-2015 já foi determinada - em particular o objectivo amplo e as metas para a educação - e os ativistas da educação e a sociedade civil desempenharam um papel importante na influência sobre estes aspectos. Apesar disso, existem ainda oportunidades e necessidades importantes para uma maior influência no decurso de 2015. As decisões finais sobre a definição ambiciosa de metas, indicadores, mecanismos de controlo e responsabilização e financiamento irão determinar se e como será implementada e conseguida a Agenda para a Educação pós-2015. Neste contexto, há muito para a sociedade civil lutar.

CAMPANHA GLOBAL PELA
EDUCAÇÃO
www.campaignforeducation.org

[1] As declarações finais das conferências regionais de Educação para Todos podem ser acedidas on-line [aqui](#) (Ásia-Pacífico), [aqui](#) (América Latina e Caraíbas) [aqui](#) (Médio Oriente), [aqui](#) (África) e [aqui](#) (Europa e América do Norte)

CAMPANHA GLOBAL PELA
EDUCAÇÃO
www.campaignforeducation.org

Indicadores globais e temáticos propostos pela CGE

Meta ODS	A Comissão de Estatísticas da ONU propôs Indicadores e uma qualificação associada [1]	A nossa proposta de indicadores globais	A nossa proposta de indicadores temáticos
4.1	Percentagem de crianças que atingem padrões mínimos de proficiência em leitura e matemática no final do: (i) primário (ii) secundário inferior (BAA)	Percentagem de crianças que atingem padrões mínimos de proficiência em domínios definidos a nível nacional no final do: (i) primário (ii) secundário inferior * [2]	<ol style="list-style-type: none"> 1. Países com legislação que garanta pelo menos nove anos de ensino gratuito obrigatório (primário, secundário inferior, secundário superior) 2. Países com quadro jurídico que estabeleça padrões mínimos de qualidade escolar (primário, secundário inferior, secundário superior) 3. Percentagem de escolas em conformidade com estas normas (primário, secundário inferior, secundário superior) [3] 4. Taxa bruta de admissão no último ano (primário, secundário inferior) * 5. Taxa de realização (primário, secundário inferior, secundário superior) 6. Taxa de não frequência (primário, secundário inferior) * 7. Taxa de participação (primário, secundário inferior) * 8. Percentagem de crianças com excesso de idade matriculadas por ano (primário, secundário inferior) * 9. Anos médios de escolaridade (desagregados para compreender a extensão da desigualdade) * 10. Média de despesas correntes por criança (primário, secundário inferior, secundário superior) * [4]
	Taxa de conclusão (primário, secundário inferior, secundário superior) (AAA)	Estamos de acordo com o Indicador proposto *	
4.2	Índice de Desenvolvimento da Infância (BBB) [5]	Percentagem de professores do ensino pré-primário qualificados, de acordo com os padrões nacionais #	<ol style="list-style-type: none"> 11. Países com legislação que garanta pelo menos um ano de ensino pré-primário gratuito 12. Os países com um quadro legal que impõe normas mínimas de qualidade para o provisionamento da ECPI 13. Percentagem de escolas pré-primárias que cumprem estas normas (R / L) # 14. Percentagem das instituições de ECPI que não cobram propinas nem custos indiretos. #
	Participação em aprendizagem organizada (1 ano) (BAB)	Taxa de participação em um ano de ensino pré-primário (um ano antes da idade oficial de entrada para o ensino primário) *	

			<p>15. Percentagem de crianças com menos de 5 anos que têm o desenvolvimento padrão nas seguintes áreas: linguagem / literacia, numeracia, domínios físico, sócio-emocional e cognitivo *</p> <p>16. Percentagem de crianças com menos de 5 anos que frequentam um Programa de Educação para a Primeira Infância *</p>
4.3	Rácios de matrícula por nível e tipo de ensino (EFTP e terciário) (AAA)	De acordo com a proposta Estatística da ONU *	<p>17. Países com quadros jurídicos e políticos para o Ensino e Formação Técnico Profissional (EFTP) que incluem disposições claras para garantir a não discriminação e apoiar o acesso de estudantes oriundos de famílias de baixo rendimento</p> <p>18. Percentagem das instituições de EFTP que cumprem os padrões nacionais #</p> <p>19. Taxa de matrícula bruta no Terciário *</p> <p>20. Taxa de participação em programas técnico-profissionais (15-24 anos) *</p> <p>21. Taxa de participação na educação e formação formais e não-formais (25-64 anos) *</p>
4.4	Taxa de participação na educação formal e não-formal e formação nos últimos 12 meses entre os jovens de 25-64 anos (BAB)	Percentagem de jovens e adultos a receber formação profissional e reconversão profissional, incluindo estágios, formação profissional superior e formação periódica *	22. Países com o quadro jurídico para a educação e formação técnica e profissional, incluindo disposições para garantir a não-discriminação (indicadores estruturais)
	Percentagem de jovens / adultos que têm conhecimentos de computadores e tecnologias da informação (BBB)		
4.5	Índices de paridade (feminino / masculino, urbano / rural, quintil de riqueza inferior / superior) para todos os indicadores nesta lista que podem ser desagregados (BBA)	Índices de paridade (feminino / masculino, urbano / rural, quintil de riqueza superior / inferior, raça / etnia e deficiência) para todos os indicadores nesta lista que podem ser desagregados	<p>23. Países com leis, políticas e planos com recursos que garantam o gozo do direito à educação a todos os grupos marginalizados, sem discriminação e com igualdade de oportunidades</p> <p>24. Percentagem de estudantes primários cujo ensino é feito na sua língua materna *</p> <p>25. Despesa do Estado em educação por criança. (Primário/ Secundário inferior / Secundário Superior) #</p>
4.6	Percentagem de jovens / adultos com competência em literacia e numeracia (BAA)	Taxa de participação em programas de alfabetização (percentagem de analfabetos entre os 25-64 anos) *	26. Países com quadros jurídicos ou institucionais que tornam o acesso à alfabetização e aprendizagem ao longo da vida um direito básico e providenciam um quadro operacional para a sua implementação.

	Taxa de alfabetização de jovens / adultos (AAA)	De acordo com a proposta Estatística da ONU *	
4.7	Percentagem de estudantes de 15 anos que mostram competência em conhecimento de ciência ambiental e geociência (BBB)	Percentagem de horas de ensino dedicada à educação para o desenvolvimento sustentável / educação para a cidadania mundial / direitos humanos e paz #	27. Percentagem de escolas que providenciam educação sobre HIV e educação sexual baseada em competências para a vida # 28. Os países que implementam o quadro do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (conforme resolução 59/113 da AGNU)
	Percentagem de estudantes de 13 anos que apoiam valores e atitudes que promovem a igualdade, confiança e participação na governança (CBB)	Países onde a educação em direitos humanos, paz, cidadania global e educação para o desenvolvimento sustentável está incorporada na política de educação e nos currículos	
4 a 1	Percentagem de escolas com acesso a (i) eletricidade; (ii) água potável; e (iii) instalações sanitárias diferenciadas (de acordo com as definições de indicadores WASH) (BAA)	Percentagem de escolas com acesso a (i) eletricidade; (ii) água potável; e (iii) instalações sanitárias diferenciadas (de acordo com as definições de indicadores WASH) (iv) infraestrutura e materiais adaptados a pessoas com deficiência (v) materiais pedagógicos e instalações de ensino adequados #	29. Quadro jurídico que define normas e padrões mínimos para ambientes de aprendizagem seguros 30. Países onde existem mecanismos para investigar queixas referentes a discriminação e outras violações do direito à educação. 31. Percentagem de escolas construídas desde 2015, com uma localização, design e construção resiliente a desastres. # 32. Percentagem de escolas com acesso a (i) eletricidade e (ii) Internet para fins pedagógicos # 33. Percentagem de escolas com infraestrutura e materiais adaptados a pessoas com deficiência # 34. Número de ataques a estudantes, pessoal e instituições [6]
		Percentagem de alunos que sofrem castigos corporais, intimidação, abuso sexual e discriminação *	
4 b 1	Volume de fluxos de APD para bolsas de estudo por sector e tipo de estudo (BBB) [7]		35. O volume total da APD dirigida à educação [8]
4c 1	Percentagem de professores formados por nível de ensino de acordo com padrões nacionais (AAA)		36. Países com um quadro jurídico que regula o estatuto dos professores. 37. Percentagem de professores que recebem gratuitamente apoio e desenvolvimento profissional de forma contínua #

				<p>38. Percentagem de professores formados em pedagogia, disciplina positiva, educação inclusiva, direitos da criança e abordagens de igualdade de género</p> <p>39. Percentagem de professores que recebem salários abaixo do salário médio nacional. * #</p> <p>40. Taxa de desgaste de professores * #</p>
--	--	--	--	--

[1] A primeira lista de indicadores da ONU para os ODS foi partilhada com as Comissões Nacionais de Estatística que classificaram cada indicador numa escala de A a C, baseada na viabilidade, adequação e relevância em cada um dos três critérios. Um indicador classificado como "AAA" é atribuído ao facilmente viável, adequado e muito relevante para medir a respectiva meta, razão pela qual foi proposto pela maioria dos institutos nacionais de estatística (60% ou mais). A CGE propõe melhorias para todos os indicadores, excepto para aqueles com classificação AAA.

[2] Os itens marcados com um sinal * têm que ser desagregados. Nos níveis global e temático isto deve ser feito por quintil de rendimento, género, raça / etnia, deficiência, residência em meio rural ou urbano. Podem ser identificadas categorias adicionais a nível nacional. A experiência da base de dados WISE do RMG (Relatório de Monitorização Global) poderia ser reunida para o mesmo. Além disso, deveria ser avaliado até que ponto a diferença entre os grupos mais alto e mais baixo está a diminuir (por exemplo: primeiro e quinto quintil de rendimento).

[3] Os itens marcados com um sinal # devem ser desagregados por rural e urbano, globalmente / tematicamente, e por província / região é desejável a nível nacional

[4] Pode ser considerada a desagregação por escolas privadas e públicas

[5] Os indicadores têm que ser compreensíveis e facilmente interpretáveis. Os índices não devem ser indicadores pois é difícil interpretar o que significa ou a que se deve qualquer alteração.

[6] Pode ser desagregado por região / província a nível nacional

[7] A CGE sente que esta meta não é suficientemente forte para produzir resultados tangíveis. Além disso, grande parte do financiamento baseado na ajuda para bolsas constituiu 'ajuda sombra' (subsidiando universidades no norte do gobo com fundos para a ajuda ao desenvolvimento) e corre o risco de agravar o problema de os doadores contabilizarem assistência em relação a elites desproporcionadas da população. Os fundos para bolsas de estudo podem ser rastreados, mas NÃO devem ser contados como parte dos fluxos de APD, e não deveriam existir, de maneira nenhuma, incentivos contando bolsas de estudo como APD. Os dados sobre a provisão de quaisquer bolsas de estudo devem ser desagregados de acordo com características dos destinatários, incluindo o género, quintil de rendimento dos pais, e se o destinatário é portador de uma deficiência.

[8] Qualquer contagem da quota de APD para bolsa de estudos deve ser precedido por um indicador do valor global da APD.